

**PIERPAOLO CRUZ BOTTINI**  
**FELIPE LONGOBARDI CAMPANA**  
**MARINA BRECHT**  
*Organizadores*

**CRIPTOATIVOS E**  
**LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**UM PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, inverno de 2023  
editoraquartier@uol.com.br  
 @editoraquartierlatin

**PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, FELIPE LONGOBARDI CAMPANA,  
MARINA BRECHT (ORGS.)**

*Criptoativos e Lavagem de Dinheiro:  
Um Panorama Nacional e Internacional*

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-209-0

1. Criptoativos. 2. Lavagem de Dinheiro. 3. Regulação. 4. Contexto Internacional.  
5. Direito Penal. 6. Direito Bancário. 7. Delito. 8. Jurisprudência. I. Título.

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Anderson dos Santos Pinto

1246989

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Rafael Nicolau

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

### **Prefácio, 11**

*Ana Elisa Liberatore S. Bechara*

### **Apresentação: Os Desafios dos Ativos Digitais para o Mundo Jurídico, 17**

*Pierpaolo Cruz Bottini, Marina Copola & Licio Carvalho*

## **PARTE I**

### **Aspectos Regulatórios no Contexto Internacional, 25**

#### **Regras Impostas aos Procedimentos de KYC dos Provedores de Serviços de Criptoativos: Estudo das Novas Regulações dos Estados Unidos da América e da União Europeia, 27**

*Felipe Carvalho & Renan Cruvinel*

Introdução .....	27
1. Conceituação Preliminar a Propósito dos Criptoativos.....	31
2. O Espaço Regulatório Existente nos Estados Unidos da América .....	35
2.1. O Regulamento do FINCEN.....	37
3. Regulação Europeia .....	40
Conclusão.....	46
Referências .....	47

#### **A Regulação de Criptoativos e o Combate à Lavagem de Dinheiro nos Estados Unidos da América, 49**

*Michael Procopio Avelar & Sofia Barroso Cavalcante*

Introdução .....	49
1. A criminalização da lavagem de dinheiro nos EUA.....	52
2. Breves notas sobre a imputação subjetiva no <i>common law</i> .....	61
3. Noções introdutórias sobre processo e persecução penal nos EUA .....	65
4. A regulação administrativa dos criptoativos nos EUA .....	70
4.1. <i>Commodity Futures Trading Commission</i> .....	71
4.2. <i>Financial Crime Enforcement Network</i> .....	72

4.3. <i>International Revenue Service</i> .....	73
4.4. <i>Office of the Comptroller of Currency</i> .....	74
4.5. <i>Security and Exchange Commission</i> .....	75
5. A regulação legislativa dos criptoativos nos EUA .....	76
5.1. <i>Executive Order on Ensuring Responsible Development of Digital Assets</i> .....	78
5.2. O Estado de Nova Iorque .....	79
Conclusão .....	80
Referências .....	81

## **A Regulação de Criptoativos e o Combate à Lavagem de Dinheiro na Itália, 83**

*Marina Brecht & Fernanda Silva*

Introdução .....	83
1. Metodologia .....	84
2. Aspectos gerais sobre o sancionamento da lavagem de dinheiro na Itália .....	85
2.1. Considerações gerais .....	85
2.2. Análise dos dispositivos que sancionam a lavagem de dinheiro na Itália .....	86
2.2.1. Art. 648-bis do Código Penal italiano – “reciclagem de dinheiro” .....	86
2.2.2. Art. 648-ter do Código Penal italiano – “emprego de dinheiro, bens ou utilidades de proveniência ilícita” .....	89
2.2.3. Art. 648-ter 1 do Código Penal italiano – “autorreciclagem” .....	90
2.2.4. Responsabilidade penal de lavagem de dinheiro por omissão imprópria (art. 648-bis; ter ou ter 1 c.c. art. 40 do Código Penal Italiano) .....	92
2.2.5. Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	94
3. Regulamentação sobre lavagem de dinheiro e criptomonedas na Itália .....	95
3.1. Definições relacionadas a criptomonedas constantes na 5ª Diretiva da UE .....	95
3.2. Normas programáticas relacionadas a criptomonedas constantes na 5ª Diretiva da UE .....	98
3.3. Transposição da 5ª Diretiva da UE na Itália: introdução dos prestadores de serviços de custódia de carteiras no rol de sujeitos obrigados a adotar medidas de prevenção à lavagem de dinheiro .....	99

3.4. Jurisprudência sobre lavagem de dinheiro e criptomoedas na Itália....	102
3.4.1. Dolo eventual de lavagem de dinheiro e aquisição de criptomoedas ...	103
3.4.2. Caracterização de criptomoedas como “instrumentos financeiros” .....	104
3.4.3. Tipificação do delito de autolavagem e criptomoedas .....	105
Conclusões .....	106
Referências .....	107

## **Lavagem de Capitais por Meio de Criptoativos: Analisando as Recomendações do GAFI, 109**

*Rodrigo Portella Guimarães*

## **PARTE II**

### **Aspectos Regulatórios no Contexto Nacional, 117**

#### **As Respostas Penais na Regulação de Criptoativos, 119**

*Natasha do Lago & Luísa de Barros Rossi*

Introdução .....	119
1. Visão geral da Lei n° 14.478/22 .....	123
2. A criminalização de condutas na Lei n° 14.478/22 .....	125
2.1. A criação de tipo especial de estelionato .....	126
2.2. A equiparação da prestadora de serviços de ativos virtuais a instituição financeira .....	128
2.3. O aumento de pena no crime de lavagem de dinheiro .....	132
Considerações finais .....	133
Referências .....	134

#### **As Atividades “Bancárias” das Empresas de Criptoativos, 137**

*Eduardo Salomão Neto*

Introdução .....	137
O Que São Criptoativos? .....	137
As Exchanges – Empresas Operadoras de Criptoativos.....	140
Operações de Crédito com Criptoativos.....	148
Tokenização de Valores Mobiliários .....	152

Efeitos Cambiais de Operações com Criptoativos.....	158
Conclusão.....	164

### PARTE III

## Aspectos Repressivos. Dogmática e Jurisprudência, 165

### **Operando com Criptomoedas: Meras Transações com Bitcoins podem Configurar Ato Típico de Ocultação ou de Dissimulação do Delito de Lavagem de Dinheiro?, 167**

*Felipe Longobardi Campana, Joyce Serra & Bárbara Ribeiro*

Introdução .....	167
1. Premissas e Cenários Hipotéticos Envolvendo Transações com Bitcoins.....	170
1.1. As Premissas Estabelecidas .....	171
1.2. Os Cenários Hipotéticos de Transações com Bitcoins .....	173
1.2.1. Primeiro cenário: valores na conta bancária de titularidade do agente e transferidos para alguém que detém criptomoedas .....	173
1.2.2. Segundo cenário: valores em espécie na posse do agente e transferidos para alguém que detém criptomoedas.....	173
1.2.3. Terceiro cenário: envio das criptomoedas a outros endereços.....	174
1.2.4. Quarto cenário: utilização de serviços de mixagem e outros serviços descentralizados.....	174
1.3. A Pergunta a ser Feita nos Cenários .....	175
2. As Transações Apresentadas nos três Primeiros Cenários são Condutas de Ocultação Típicas do Crime de Lavagem de Dinheiro? ....	175
2.1. Conceito Típico de “Ocultar” Disposto no Art. 1º, <i>Caput</i> , da Lei Nº 9.613/98 .....	175
2.2. Análise dos Três Cenários à Luz do Conceito de Ocultação .....	178
2.2.1. Resposta Oferecida pela Doutrina .....	178
2.2.2. Crítica à posição da doutrina: aplicação do conceito de ocultação acima delimitado e ausência de incompatibilidade entre ocultação e rastreabilidade .....	181
3. A Transação Apresentada no Último Cenário é Conduta de Dissimulação Típica do Crime de Lavagem de Dinheiro? .....	185

3.1. Conceito de “Dissimular” Disposto no Art. 1º da Lei nº 9.613/98 ....	186
3.2. Ferramentas de Mixagem Descentralizadas .....	188
3.3. Análise do Quarto Cenário à Luz do Conceito de Dissimulação .....	190
Conclusões .....	192
Referências .....	193

**Criptomoedas e Criminalidade: Uma Análise da  
Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 197**

*Glauter Del Nero, Ilana Martins Luz & Vitor Santos Vilanova*

1. Considerações Iniciais.....	197
2. Precedentes sobre Criptomoedas no Superior Tribunal de Justiça .....	199
3. Precedentes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo .....	205
4. Comentários Críticos aos Julgados do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo .....	210
4.1. Da crítica aos julgados do STJ e TJ/SP que versam sobre o enquadramento, ou não, das condutas envolvendo investimentos e compra e venda de criptomoedas como instituição financeira.....	212
4.2. Da crítica aos julgados do TJ/SP que versam sobre lavagem de capitais .....	217
5. Considerações Finais .....	222